



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E O RELATÓRIO  
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Maio de 2023

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E  
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

**FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**

Ribeirão Preto – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do

processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance

planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 05 de maio de 2023.



Rodrigo Garcia Giroldo  
CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Nota	2022	2021
	explicativa		
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.642.046	20.429.210
Contas a receber	5	9.872.961	10.093.398
Estoques	6	6.258.930	7.566.832
Outros créditos	7	1.027.101	1.982.641
Despesas antecipadas		3.336	7.758
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>40.804.374</b>	<b>40.079.839</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	568.061	377.176
Imobilizado	8	12.271.437	11.292.656
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>12.839.498</b>	<b>11.669.832</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>53.643.872</b>	<b>51.749.671</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Nota	2022	2021
	explicativa		Reapresentado
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	757.521	658.914
Fornecedores e prestadores de serviços	10	8.887.501	7.125.281
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	5.391.036	5.213.842
Provisão de férias e encargos		6.816.211	7.786.514
Outras obrigações	12	2.235.584	4.532.525
Contratos de gestão e convênios a realizar	13	7.972.066	5.859.555
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>32.059.919</b>	<b>31.176.631</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	-	707.620
Outras obrigações	12	5.482.894	5.006.988
Provisão para contingências	14	2.110.926	1.127.971
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.593.820</b>	<b>6.842.579</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social		9.955.569	4.766.865
Ajuste de avaliação patrimonial		3.758.152	3.888.729
Reserva de doações		16.740	16.740
Superávit acumulado		259.672	5.058.127
<b>Total do patrimônio líquido</b>	16	<b>13.990.133</b>	<b>13.730.461</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>53.643.872</b>	<b>51.749.671</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Nota	2022	2021
	explicativa		Reapresentado
<b>Receita operacional</b>			
Serviços de Saúde	17	149.764.578	145.245.986
Doações	18	259.500	653.692
		<b>150.024.078</b>	<b>145.899.678</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	19	<b>(133.586.915)</b>	<b>(125.660.785)</b>
<b>Superávit Bruto</b>		<b>16.437.163</b>	<b>20.238.893</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	20	(13.755.166)	(8.437.456)
Com pessoal		(5.170.959)	(6.516.096)
Outras receitas operacionais líquidas	21	2.533.996	3.529
		<b>(16.392.129)</b>	<b>(14.950.023)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>45.034</b>	<b>5.288.870</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>			
Receitas financeiras		489.615	87.565
Despesas financeiras		(274.977)	(318.308)
	22	<b>214.638</b>	<b>(230.743)</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>259.672</b>	<b>5.058.127</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	2022	2021
		Reapresentado
Superávit do exercício	259.672	5.058.127
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	130.577	141.075
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>390.249</b>	<b>5.199.202</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit acumulado	Total patrimônio social
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>127.800</b>	<b>4.029.805</b>	<b>16.740</b>	<b>4.497.989</b>	<b>8.672.334</b>
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	4.497.989	-	-	(4.497.989)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(141.075)	-	141.075	-
Superávit do exercício	-	-	-	5.058.127	5.058.127
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)</b>	<b>4.625.789</b>	<b>3.888.730</b>	<b>16.740</b>	<b>5.199.202</b>	<b>13.730.461</b>
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	5.199.202	-	-	(5.199.202)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(130.577)	-	130.577	-
Superávit do exercício	-	-	-	259.672	259.672
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.824.991</b>	<b>3.758.153</b>	<b>16.740</b>	<b>390.249</b>	<b>13.990.133</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	2022	2021
		Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Superávit do exercício	259.672	5.058.127
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	622.348	249.960
Depreciações e amortizações	445.875	443.056
Valor residual das baixas do imobilizado	-	587.033
Juros sobre empréstimos	89.639	426.515
Reversão de demandas judiciais	982.955	666.266
<b>Resultado do exercício ajustado</b>	<b>2.400.489</b>	<b>7.430.957</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Contas a receber	(401.911)	(2.965.278)
Estoques	1.307.902	(4.642.253)
Outros ativos	769.077	(460.357)
Fornecedores	1.762.220	658.598
Obrigações sociais e provisão de férias	(793.109)	2.450.433
Outras obrigações	291.476	4.006.645
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>5.336.144</b>	<b>6.478.745</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos:</b>		
Aquisição de imobilizado e Investimentos temporários	(1.424.656)	(3.804.403)
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos</b>	<b>(1.424.656)</b>	<b>(3.804.403)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	108.468	1.623.000
Liquidações dos empréstimos, financiamentos e juros	(807.120)	(2.538.425)
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(698.652)</b>	<b>(915.425)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.212.836</b>	<b>1.758.917</b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	23.642.046	20.429.210
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.429.210	18.670.293
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.212.836</b>	<b>1.758.917</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

#### 1. Contexto operacional

O Hospital Santa Lydia foi instituído pela Fundação Ribeiro Pinto e inaugurado em 27/01/1960, com o propósito de atender principalmente crianças carentes de Ribeirão Preto e região, em um momento difícil para o país devido ao surto de poliomielite e meningite.

Com o passar dos anos e a mudança do perfil epidemiológico do País, o Hospital Santa Lydia passou a ser um hospital geral, atendendo as diversas clínicas com ênfase ao atendimento pediátrico especificamente a UTI infantil e neonatal. Assim como outras clínicas como cuidados intensivos adulto e ortopedia.

A busca contínua por novas técnicas e a humanização sempre foram os ideais de seus gestores que fizeram do Hospital Santa Lydia uma referência reconhecida e respeitada pela sociedade. Sempre aberto à comunidade acadêmica permitiu a formação de reconhecidos profissionais de saúde que atuam nas mais diversas e importantes instituições de saúde do país.

A Fundação Hospital Santa Lydia, inscrita no CNPJ nº 13.370.183/0001-89, sediada em Ribeirão Preto, foi instituída pela Lei Municipal Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010 e, através da Escritura Pública de Doação de maio de 2011, a Fundação passou a ser sucessora dos bens, direitos e obrigações da personalidade jurídica do Instituto Santa Lydia, que iniciou suas atividades de assistência em saúde no ano 1960, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas.

A finalidade principal da Fundação é a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência e atividades hospitalares destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS moradores de Ribeirão Preto, tendo autonomia administrativa, operacional e financeira, além de plena gestão dos seus bens e recursos regidos por seus atos consecutivos e pelo seu Estatuto Social.

No Estatuto Social da Fundação está previsto no Capítulo V, Seção 1, da Organização, que a Fundação contará com os seguintes órgãos:

I-) Conselho Curador,

II-) Conselho Fiscal e

III-) Diretoria Executiva que é detalhada suas funções nas Seções II, III e IV.

Na Lei Municipal 2415 de 14 de outubro de 2010 que autorizou a Instituição da Fundação, cuja

finalidade será a prestação de serviços de saúde, e dá outras providências, prevê no artigo 4º que a "Fundação Hospital Santa Lydia" poderá celebrar contrato de gestão com o Poder Público, na forma prevista no art. 37, parágrafo 8º da Constituição Federal.

Cabe salientar que a Fundação Hospital Santa Lydia sucedeu ao Instituto Santa Lydia, conforme Lei Municipal nº 2415 de 14/10/2010, que autorizou a criação da instituição, onde o seu CNPJ é nº. 13.370.183/0001-89 independente do Instituto Santa Lydia, que é CNPJ nº.56.000.052/0001-12.

Com o intuito de fornecer apoio à Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto a Fundação Hospital Santa Lydia resolveu várias demandas assistenciais no exercício de 2022, o que contribuiu em benefícios aos munícipes da cidade de Ribeirão Preto. Foram mais de 733.606 atendimentos nas unidades de Pronto Atendimento. No Hospital Santa Lydia, as produções anuais refletiram em 4 mil internações, 40 mil exames radiodiagnósticos, 12 mil mamografias, 14.4 mil ultrassonografias, 350 mil diagnósticos em Laboratório clínico, 50 mil métodos oftalmológicos diagnósticos em especialidades e 1.920 mil cirurgias ambulatoriais.

A Fundação forneceu também como apoio o serviço especializado em fisioterapia, que foi devidamente agendado e regulado pelo Complexo Regulador da Secretaria Municipal de Saúde, fornecemos vagas em transtornos respiratórios com ou sem complicações sistêmicas e alterações motoras nas disfunções músculo esqueléticas em pacientes pós covid.

A busca constante por melhorias trouxe a reestruturação de toda parte gerencial administrativa de acordo com o novo estatuto atualizado e publicado no D.O.M no dia 24/06/2022 através do Decreto 154. A ideia central foi a definição e o cumprimento das metas. Sendo agora específicas, mensuráveis, alcançáveis, realizáveis e temporizáveis, através das gerências a centralização de informações e melhoramento de processos para auxiliar a Diretoria Executiva foram de suma importância para decisões estratégicas em prol da Fundação.

A reestruturação administrativa abarcou benefícios como criação de área nova, Departamento de Metas, Qualidade e Integridade, com a finalidade de fiscalizações constantes, verificações de cumprimento de normas e procedimentos e solicitando esclarecimentos quando necessário e alinhamento de fluxos operacionais quando necessário.

Para os colaboradores foi implantado a Política de Violência Contra a Mulher promovendo o vultuoso ato de discutir sobre o tema e de levar para o âmbito interno a importância da denúncia, a importância de combater e prevenir este tipo de crime.

Sempre respeitando todos os protocolos de atendimentos nacionais e internacionais, ainda com resquícios da Pandemia a Fundação com maestria conduziu os atendimentos de Covid com planejamento de fluxos internos, com árdua cooperação de nossos colaboradores, tanto assistencial quanto administrativo garantindo o bom funcionamento de todo o processo.

Em 05 de maio de 2023 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, mesmo assim a LEI Nº14.400, DE 8 DE JULHO DE 2022, Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar até 30 de junho de 2022 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em

integralidade. Em decorrência das intercorrências oriundas do coronavírus, a Fundação massivamente acompanhou os indicadores e metas, mesmo possuindo isenção segundo as leis que permearam todo o período pandêmico.

Em questões tecnológicas com a finalidade de melhorias contínuas o Hospital Santa Lydia adquiriu por meio dos Contratos 082/2022, 083/2022, 084/2022 e 086/2022 a aquisição dos seguintes equipamentos sendo um aparelho de Raio-X fixo analógico, marca Konica Minolta, modelo Altus, no valor de R\$ 103.000,00; um mamógrafo analógico com sistema de digitalização DR, marca Konica Minolta, modelo Delicata Evolution, no valor unitário de R\$ 495.000,00; um equipamento para Ultrassonografia de alta resolução para diagnóstico por imagem com carrinho, marca SAEVO, modelo EVUS 8, no valor unitário de R\$ 103.000,00; um equipamento portátil de Ultrassonografia de alta resolução com carrinho, marca SAEVO, modelo EVUS 5, no valor unitário de R\$ 92.000,00; dois equipamentos de Raio-X portátil, marca CDK, modelo Mascote Dynamic 100mA/125kV, no valor unitário de R\$ 88.450,00; dois sistemas de digitalização, marca LG, modelo 14HK701G-W, no valor unitário de R\$ 96.990,00.

O valor total investido foi de R\$ 1.163.880. A demanda de exames, atualmente, é realizada por meio do agendamento, com cerca de 3 mil exames/mês de Raio-X, mil exames de mamografia e 1,7 mil exames de ultrassom, além dos exames de urgência e exames de pacientes internados.

Neste prisma na busca constante pela excelência a Fundação iniciou suas atividades na unidade CAPS IV no ano de 2022 fornecendo tratamento humanizado à pessoa em sofrimento mental, contando com equipe interdisciplinar e altamente capacitada para realizar todos os cuidados necessários.

Neste exercício apresentamos resultados satisfatórios com vistas ao atendimento humanizado, priorizando sempre o paciente.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e demais alterações.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 05 de maio de 2023. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante

a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

## 2.1 Reapresentação dos valores comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em virtude do reconhecimento dos reflexos de conciliações de saldos na rubrica de provisão para contingência, conforme demonstrado a seguir:

### a) No balanço patrimonial

Descrição	31 de dezembro de 2021		
	Como originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>			
Ativo circulante	40.079.839	-	40.079.839
Ativo não circulante	11.669.832	-	11.669.832
<b>Total do ativo</b>	<b>51.749.671</b>	<b>-</b>	<b>51.749.671</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante	31.176.631		31.176.631
Não circulante	6.639.373	203.206	6.842.579
Patrimônio líquido	13.933.667	(203.206)	13.730.461
<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>51.749.671</b>	<b>-</b>	<b>51.749.671</b>

### b) Na demonstração do resultado

Descrição	31 de dezembro de 2021		
	Como originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	145.899.678	-	145.899.678
Custo dos serviços prestados	(125.660.785)	-	(125.660.785)
Despesas operacionais	(14.746.817)	(203.206)	(14.950.023)
Resultado financeiro	(230.743)	-	(230.743)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.261.333</b>	<b>(203.206)</b>	<b>5.058.127</b>

### c) Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa

Essas demonstrações foram reapresentadas pelos efeitos comentados nas alíneas anteriores (a) e (b).

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

#### b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

#### c) Instrumentos financeiros

##### *(i) Ativos financeiros não derivativos*

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

*(ii) Passivos financeiros não derivativos*

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

*(iii) Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

**d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para

recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2022.

**e) Caixa e equivalentes de caixa**

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**f) Contas a receber**

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

**g) Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

**h) Investimentos**

Avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

**i) Imobilizado**

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas

que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

A Fundação possui bens contabilizados no grupo do ativo imobilizado que foram emprestados conforme nota explicativa 8.

**j) Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

**k) Fornecedores e prestadores de serviços**

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

**l) Demais ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

**m) Contratos de gestão**

Os contratos são reconhecidos pelo valor justo, e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado como receita, no mesmo momento do reconhecimento das despesas correspondentes, os valores são registrados no ativo em contrapartida do passivo, essas transações estão demonstradas na nota explicativa 23.

**n) Segregação entre circulante e não circulante**

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor

presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**p) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

**q) Ajuste de avaliação patrimonial**

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit acumulados no patrimônio líquido.

**r) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	1.063	2.201
Bancos conta movimento	816.370	712.590
Bancos conta movimento – Contrato de Gestão (nota 23)	6.373.088	613.828
Aplicações financeiras (i)	3.839.739	2.216.465
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão (nota 23)	5.323.598	12.248.178
Aplicações financeiras – C. de Gestão a transf. p/ Fundação (ii)	7.288.188	4.635.948
<b>Total</b>	<b>23.642.046</b>	<b>20.429.210</b>

(i) Refere-se aos fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

(ii) Valor financeiramente registrado como aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão, no entanto, referem-se ao valor equivalente a recursos próprios utilizados pela Fundação para o pagamento de parte do rateio dos custos e despesas para os contratos de gestão em 2022, o mesmo ocorreu no exercício de 2021.

#### 5. Contas a receber

Descrição	2022	2021
Convênios	1.361.664	995.459
Outros créditos a receber	438.250	739.146
Sistema Único de Saúde – SUS	3.410.096	6.749.834
Contrato de Gestão (ii) – nota 23	6.030.943	2.354.603
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (i)	(1.367.992)	(745.644)
<b>Total</b>	<b>9.872.961</b>	<b>10.093.398</b>

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1.

## 6. Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	2.799.653	4.538.943
Almoxarifado (i)	3.459.277	3.027.889
<b>Total</b>	<b>6.258.930</b>	<b>7.566.832</b>

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

## 7. Outros créditos

Descrição	2022	2021
Cartões de crédito	4.260	220
Adiantamento a colaborador	244.844	197.566
Adiantamento a colaborador – C. Gestão – nota 23	268.906	265.760
Adiantamentos a fornecedores	8.549	13.892
Adiantamento a fornecedores – C. Gestão – nota 23	7.410	7.792
Reajuste salarial - C. Gestão (i) – nota 23	493.132	1.497.411
<b>Total</b>	<b>1.027.101</b>	<b>1.982.641</b>

(i) Refere-se ao valor de provisionamento de créditos já recebidos que devem ser mantidos em caixa para pagamento futuro dos colaboradores quando ocorrer a aplicação do reajuste previsto pelo sindicato da categoria.

## 8. Imobilizado

### a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de deprec. média anual	Custo + Depreciação		2022	2021
		AAP	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.485.985	(2.116.685)	3.369.300	3.536.235
Máquinas e equip.	6,67 a 100%	3.082.912	(2.167.158)	915.754	1.055.288
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	1.089.391	(775.009)	314.382	218.610
Equip. de inform.	25 a 100%	668.210	(550.373)	117.837	123.453
Equip. Hospitalares	20%	1.659.063	(386.571)	1.272.492	158.399
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
Bens públicos estaduais (i)		2.121.103	-	2.121.103	2.121.103
Bens públicos municipais (i)		2.520.079	-	2.520.079	2.439.078
<b>Total</b>		<b>18.311.439</b>	<b>(6.040.002)</b>	<b>12.271.437</b>	<b>11.292.656</b>

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

(i) Bens emprestados para a fundação pelo estado e município para enfrentamento da pandemia, conforme descrito na nota explicativa 12(iv).

b. **Movimentação do custo histórico + Ajuste de avaliação patrimonial**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2022</b>
Terrenos	1.640.490	-	-	1.640.490
Edificações	5.485.985	-	-	5.485.985
Máquinas e equipamentos	3.082.912	-	-	3.082.912
Móveis e utensílios	937.616	151.775	-	1.089.391
Equipamentos de informática	640.210	28.000	-	668.210
Equipamentos Hospitalares	495.183	1.163.880	-	1.659.063
Veículos	44.206	-	-	44.206
Bens públicos estaduais	2.121.103	-	-	2.121.103
Bens públicos municipais	2.439.078	81.001	-	2.520.079
<b>Total</b>	<b>16.886.783</b>	<b>1.424.656</b>	<b>-</b>	<b>18.311.439</b>

c. **Movimentação da depreciação acumulada**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2022</b>
Edificações	(1.949.750)	(166.935)	-	(2.116.685)
Máquinas e equipamentos	(2.027.624)	(139.534)	-	(2.167.158)
Móveis e utensílios	(719.006)	(56.003)	-	(775.009)
Equipamentos de informática	(516.757)	(33.616)	-	(550.373)
Equipamentos Hospitalares	(336.784)	(49.787)	-	(386.571)
Veículos	(44.206)	-	-	(44.206)
<b>Total</b>	<b>(5.594.127)</b>	<b>(445.875)</b>	<b>-</b>	<b>(6.040.002)</b>

9. **Empréstimos e Financiamentos**

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa de juros mensal</b>	<b>Datas de vencimento</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
CEF - capital de giro	0,75%	10/10/2023	672.600	1.479.720
CEF - conta garantida	-	-	108.468	-
(-) Encargos a transcorrer	-	-	(23.547)	(113.186)
<b>Total</b>			<b>757.521</b>	<b>1.366.534</b>
Circulante			757.521	658.914
Não circulante			-	707.620

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) para o capital de giro são de 0,75% a.m. Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Saldos iniciais</b>	<b>1.366.534</b>	<b>1.855.444</b>
Captação de empréstimos e financiamentos	108.468	1.623.000
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	(807.120)	(2.538.425)
Juros e variação monetária	89.639	426.515
<b>Total</b>	<b>757.521</b>	<b>1.366.534</b>

A prestação mensal do atual contrato está em R\$ 67.259,96 para pagamento em 27 prestações, pagos até o momento 17/27 parcelas.

#### 10. Fornecedores e prestadores de Serviços

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores nacionais	2.093.641	577.845
Fornecedores – Contrato de Gestão (nota 23)	1.877.422	2.112.661
Honorários médicos – Pessoa física	28.073	26.843
Honorários médicos – P. física – C. Gestão (nota 23)	12.355	33.152
Honorários médicos – Pessoa jurídica	1.524.679	1.441.169
Honorários médicos – P. jurídica – C. Gestão (nota 23)	3.351.331	2.933.611
<b>Total</b>	<b>8.887.501</b>	<b>7.125.281</b>

## 11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Modalidade	2022	2021
Salários a pagar	1.160.177	799.647
Salários a pagar – Contrato de Gestão (ii)	2.113.539	2.295.146
Pensão alimentícia a pagar	2.161	389
P. Alimentícia – Contrato de Gestão (ii)	6.505	4.519
Vale alimentação	64.417	71.428
Vale alimentação – Contrato de Gestão (ii)	114.362	175.700
Contribuição sindical	11.637	12.526
Contrib. Sindical – Contrato de Gestão (ii)	15.991	14.242
INSS empregados (i)	111.143	104.790
INSS – Contrato de Gestão (ii)	250.852	306.988
FGTS – Empregados (i)	198.090	145.610
FGTS – Contrato de Gestão (ii)	348.782	349.387
IRRF a recolher (i)	227.310	135.762
IRRF – Contrato de Gestão (ii)	440.934	483.618
INSS retido	77	9
INSS retido – Contrato de Gestão (ii)	80.930	42.649
COFINS/PIS (i)	81.951	82.526
COFINS/PIS – Contrato de Gestão (ii)	131.512	130.831
ISS	618	701
ISS – Contrato de Gestão (ii)	17.621	7.682
Rescisões a pagar	3.925	16.417
Rescisões – Contrato de Gestão (ii)	6.952	30.691
Bolsa Auxílio	1.550	2.584
<b>Total</b>	<b>5.391.036</b>	<b>5.213.842</b>

Os projetos firmados com as diversas entidades governamentais que ainda estão em fase de execução, são os seguintes:

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício corrente.

(ii) Relativo as obrigações com salários, encargos sociais e tributárias vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 3.527.980 (em 2021 o valor de R\$ 3.841.453) - vide nota explicativa 23.

## 12. Outras obrigações

Modalidade	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante
Água e esgoto (i)	424.573	-	744.433	-
Água e esgoto - C. Gestão (iii)	165.185	-	239.897	-
Energia elétrica	44.428	-	2.373	-
Energia elétrica - C. Gestão (iii)	50.946	-	145.135	-
Empréstimo consignado	58.119	-	55.974	-
Empr. consignado – C. Gestão (iii)	126.831	-	113.421	-
Outros valores a pagar	12.176	-	9.091	-
Outros val. a pagar - C. Gestão (iii)	-	-	974	-
Cessão/Empr. - Bens Públicos Estaduais – (iv)	-	3.538.123	-	3.538.123
Cessão/Empr. - Bens Públicos Municipais – (iv)	-	1.103.059	-	1.022.058
Devolução Recurso Covid-19 - F.M.S. – (v)	-	-	1.576.000	-
Serviços de Lavanderia	48.882	-	2.634	-
Serviços de Lavanderia - C. Gestão	-	-	53.770	-
Adesão SES - Medicamentos - Covid-19 – (vi)	768.359	-	1.096.470	-
Parcelam. de água e esgoto (ii)	200.390	684.001	146.656	446.807
Parcelam. processos trabalhistas	-	157.711	10.000	-
Parcelamento processos cíveis	-	-	-	-
Adiantamento de terceiros	335.695	-	335.697	-
<b>Total</b>	<b>2.235.584</b>	<b>5.482.894</b>	<b>4.532.525</b>	<b>5.006.988</b>

- (i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.
- (ii) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.
- (iii) Referente a obrigações diversas vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 342.962 (em 2021 o valor de R\$ 553.197) - vide nota explicativa 23.
- (iv) Com o agravamento da pandemia em meados de 2020, a Fundação Hospital Santa Lydia recebeu alguns itens de imobilizados cedidos pelo governo do estado de São Paulo através da DRS XIII, CEADIS, firmados por meio de Termos de Permissão de Uso. Foram destinados para enfrentamento à Covid-19, dentre eles, cama hospitalares, respiradores, aparelhos de anestésias, bombas de infusão e ventiladores pulmonares, além disso, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto também cedeu uso de alguns itens como, carros de alimentos, desfibriladores e monitores cardíacos. A cessão desses equipamentos é por tempo indeterminado, estipulando o período em que persistir a necessidade de adoção das medidas de enfrentamento e combate aos efeitos da pandemia de Covid-19. Demais itens registrados, descritos por 03 poltronas e 01 aparelho de eletrocardiograma, também pertencentes a Prefeitura de Ribeirão Preto lotados em unidades de saúde geridas pela Fundação que, em determinado momento, foram emprestados para o Hospital Santa Lydia em suas operações usuais, os quais devem ser devolvidos até o término da necessidade de uso.

Em 2022 foram cedidos também como empréstimo camas, equipamentos hospitalares, e cadeiras de rodas. Os valores foram reconhecidos em contas patrimoniais de ativos (Imobilizado - nota explicativa 8) e passivo, não tendo efeito no resultado da fundação.

- (v) A Fundação recebeu por meio de portarias valores relativos a leitos utilizados para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no decorrer do exercício de 2021, entretanto, alguns valores foram pagos em duplicidades por portarias diferentes, ocasionando um saldo a restituir para a Secretária Municipal de Saúde de Ribeirão Preto. Os leitos de abril, maio e junho de 2021 foram pagos por meio das portarias GM/MS 1.666/2020 de 07/2020 e a SS-156 de 12/2020, perfazendo um montante de 1.576 mil reais a devolver em 2021, que foram realizados em 2022.

(vi) Os valores de medicamentos foram comprados para atendimento na pandemia da COVID-19 através das portarias 0.50/2021, 054/2021 e 084.2021, serão pagos no decorrer do exercício.

### 13. Contratos de gestão e convênios a realizar

Descrição	2022	2021
Contrato de Gestão 01/2018 – UBDS Central	2.042.817	1.964.875
Contrato de Gestão 02/2018 - UPA Leste Federal	1.979.626	1.527.689
Contrato de Gestão 01/2020 - Cristo Federal	814.675	252.472
Contrato de Gestão 01/2021 - UPA Norte	1.481.355	1.616.264
Contrato de Gestão CG 02/2018 UPA Estadual	12.333	12.333
Contrato de Gestão CG 29/2021 UBS Quintino I	971.077	480.800
Contrato de Gestão CG 01/2018 Central Estadual	1.580	1.580
Contrato de Gestão CG 01/2020 UPA Norte Estadual	16.548	2.867
Contrato de Gestão CG 02/2020 UPA Oeste Estadual	675	675
Contrato de Gestão CG 141/2022 CAPS IV (CA4)	651.380	-
<b>Total (nota 23)</b>	<b>7.972.066</b>	<b>5.859.555</b>

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais - NBCTG 07 (R2): Subvenção e assistência governamental.

### 14. Provisão para contingências

Descrição	2022	2021
		<b>Reapresentado</b>
Trabalhista	1.836.855	927.312
Trabalhista – Contrato de gestão (i)	274.071	194.694
Cível	-	5.965
<b>Total</b>	<b>2.110.926</b>	<b>1.127.971</b>

A Fundação no curso normal de suas operações essa sujeita a riscos de demandas trabalhistas e cíveis, e também, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia (sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter e incrementar a provisão para as contingências trabalhistas e cível, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

(i) Referente a provisões para contingências vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, vide nota explicativa 23

**(a) Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais**

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>98.463</b>	<b>461.705</b>
Diminuição	(11.283)	(234.309)
Aumento – reapresentado	311.001	900.575
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>377.176</b>	<b>1.127.971</b>
Diminuição	(177.649)	(812.173)
Aumento	368.534	1.795.128
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>568.061</b>	<b>2.110.926</b>

**15. Passivos contingentes**

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 14.362.307 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.783.370 em 2021). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

## 16. Patrimônio Líquido

- a. **Patrimônio social:** Representado pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.
- b. **Reserva de doações:** Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.
- c. **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.
- d. **Superávits acumulados:** Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

## 17. Serviços de Saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Particulares	50.286	8.236
Contrato de Gestão (nota 23)	116.652.713	99.980.131
SUS (i)	27.315.839	16.207.216
Convênios (ii)	5.634.664	5.299.415
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	111.076	290.626
Auxílios e Subvenções Federais	-	19.393.040
Auxílios e Subvenções Estaduais	-	1.440.000
Auxílios e Subvenções Municipais	-	2.627.322
<b>Total</b>	<b>149.764.578</b>	<b>145.245.986</b>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

**18. Doações**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	<u>259.500</u>	<u>653.692</u>

**19. Custos dos serviços prestados**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Serviços médicos pessoa física e jurídica	(8.513.163)	(13.164.889)
Serviços médicos – Contrato de Gestão (nota 23)	(34.178.928)	(30.317.768)
Custos de pessoal	(15.889.417)	(16.488.023)
Custos de pessoal – Contrato de Gestão (nota 23)	(45.241.946)	(37.254.895)
Serviços de empresas	(791.171)	(403.756)
Serviços de empresas – Contrato de Gestão (nota 23)	(10.542.262)	(10.119.087)
Medicamentos	(3.330.235)	(4.464.751)
Medicamentos – Contrato de Gestão (nota 23)	(8.965.288)	(3.887.087)
Materiais hospitalares – Contrato de Gestão (nota 23)	(37)	(344.397)
Materiais de enfermagem	(2.146.572)	(2.900.896)
Materiais e serviços de laboratório	(39.004)	(41.543)
Materiais e serv.de laboratório – C. Gestão (nota 23)	(1.564.890)	(672.642)
Órteses e próteses	(49.060)	(104.450)
Material de escritório	(107.055)	(145.370)
Material de escritório – Contrato de Gestão (nota 23)	(194)	-
Gêneros alimentícios	(107.455)	(93.694)
Gêneros alimentícios – Contrato de Gestão (nota 23)	(1.778.641)	(1.693.861)
Material de lavanderia, costura e roupas	-	(10.801)
Material de lavand, cost. e roupas – C. de Gestão (nota 23)	-	(188.466)
Material de limpeza	(190.546)	(168.810)
Outros custos	(26.148)	-
Outros custos – Contrato de Gestão (nota 23)	(124.903)	(3.195.599)
<b>Total</b>	<u><b>(133.586.915)</b></u>	<u><b>(125.660.785)</b></u>

20. Despesas Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
		Reapresentado
Materiais em geral	(727.505)	(683.259)
Materiais em geral – Contrato de Gestão (nota 23)	(3.531.355)	(121.717)
Impostos, taxas e contribuições	(5.198)	(67.411)
Impostos, taxas e contribuições – C. Gestão (nota 23)	-	(374)
Aluguéis	(179.739)	(286.176)
Aluguéis e Utilidade Pública – C. de Gestão (nota 23)	(4.671.372)	(3.564.527)
Energia elétrica	(29.371)	(41.522)
Energia elétrica – Contrato de Gestão (nota 23)	(435.696)	(669.174)
Água e esgoto	(11.022)	(15.507)
Água e esgoto – Contrato de Gestão (nota 23)	(163.497)	(247.381)
Conservação e manutenção	(181.774)	(98.735)
Conservação e manutenção – C. de Gestão (nota 23)	(130.636)	(302.806)
Despesa com depreciação	(445.875)	(443.056)
Acordos e custas processuais	(225.034)	(57.747)
Acordos e custas processuais – C. de Gestão (nota 23)	-	(439)
Provisão para contingências	(1.393.381)	(607.683)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(622.348)	(249.960)
Bens e materiais permanentes – C. de Gestão (nota 23)	(7.119)	(2.200)
Diversas	(849.254)	(220.047)
Diversas – Contrato de Gestão (nota 23)	(144.990)	(757.735)
<b>Total</b>	<b>(13.755.166)</b>	<b>(8.437.456)</b>

## 21. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Descrição	2022	2021
Recuperações de despesas	1.335	584
Serviços voluntários obtidos	-	(650.079)
Perda/Ganho na alienação de bens	-	(8.921)
Outras receitas <i>(iii)</i>	2.532.661	18.503
Serviços voluntários obtidos	-	650.079
Perdas no caixa <i>(i)</i>	-	(636)
Perdas em outros ativos <i>(ii)</i>	-	(6.001)
<b>Total</b>	<b>2.533.996</b>	<b>3.529</b>

*(i)* Reconhecimento de perdas sobre a falta de recebimento dos atendimentos particulares, o qual a Administração da Fundação passou a adotar novos procedimentos e controles neste exercício.

*(ii)* Substancialmente, representado por baixa de processo judicial que já foi realizado o acordo e o pagamento do mesmo.

*(iii)* Representado substancialmente pelo ganho do contrato 032/2022 celebrado junto ao Banco Santander pelo processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento - Processo 014/2022 e Pregão 019/2022

## 22. Resultado financeiro líquido

Descrição	2022	2021
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	20.978	98
Rendimentos sobre aplicação financeira	468.637	75.716
Juros ativos	-	11.751
	<u>489.615</u>	<u>87.565</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(134.371)	(223.522)
Despesas bancárias	(140.606)	(94.785)
	<u>(274.977)</u>	<u>(318.308)</u>
<b>Total</b>	<b>214.638</b>	<b>(230.743)</b>

23. **Contratos de gestão**

Descrição	2022	2021
<b>Ativo:</b>		
Bancos conta movimento (nota 4)	6.373.088	613.828
Aplicações financeiras (nota 4)	5.323.598	12.248.178
Contratos de gestão a receber (nota 5)	6.030.943	2.354.603
Estoques (nota 6)	3.054.971	3.719.318
Reajuste Salarial a Apropriar (nota 7)	493.132	1.497.411
Adiantamentos de fornecedores (nota 7)	7.410	7.792
Adiantamento a colaborador (nota 7)	268.906	265.760
Depósitos judiciais (nota 14)	185.573	185.573
Outros créditos	-	3.268
<b>Total do ativo</b>	<b>21.737.621</b>	<b>20.895.731</b>
<b>Passivo:</b>		
Fornecedores e Honorários médicos (nota 10)	5.241.108	5.079.424
Salários, encargos sociais e obrig. tributárias (nota 11)	3.527.980	3.841.453
Provisão de reajuste salarial	-	1.497.411
Provisão de férias e encargos	4.379.434	3.869.997
Outras obrigações (nota 12)	342.962	553.197
Contingências trabalhistas (nota 14)	274.071	194.694
Contratos de gestão a realizar (nota 13)	7.972.066	5.859.555
<b>Total do passivo</b>	<b>21.737.621</b>	<b>20.895.731</b>
<b>Varição entre ativo e passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receitas serviços de saúde:</b>		
Contrato de Gestão – UBDS Central	-	12.734.445
Contrato de Gestão – UPA Leste Federal	5.728.673	4.557.650
Contrato de Gestão – UPA Leste Municipal (13 de maio)	20.264.881	18.369.040
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Municipal	-	2.200
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Federal	4.299.717	2.309.857
Contrato de Gestão - Hospital Municipal Francisco de Assis	6.338.307	5.334.271
Contrato de Gestão - UPA Norte	24.850.384	22.195.255
Contrato de Gestão - UPA Leste Estadual	-	1.981.635
		<i>Continua...</i>

Continuação...

Descrição	2022	2021
<b>Receitas serviços de saúde:</b>		
Contrato de Gestão - UPA Oeste	25.489.161	22.131.731
Contrato de Gestão – UBS Quintino I	3.652.673	983.341
Contrato de Gestão - Central Estadual	-	224.616
Contrato de Gestão - UPA Norte	-	441.157
Contrato de Gestão - UPA Oeste	-	441.157
Contrato de Gestão – UPA Vila Virginia	25.271.101	8.165.080
Contrato de Gestão CG 141/2022 CAPS IV (CA4)	757.816	-
<b>Total das receitas serviços de saúde (nota 17)</b>	<b>116.652.713</b>	<b>99.871.435</b>
<b>Custo dos serviços prestados:</b>		
Serviços médicos - Contrato de Gestão (nota 19)	(34.178.928)	(30.317.768)
Custos de pessoal - Contrato de Gestão (nota 19)	(45.241.946)	(37.254.895)
Despesa de pessoal - Contrato de gestão	(5.170.959)	(6.516.096)
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 19)	(10.542.262)	(10.119.087)
Medicamentos - Contrato de Gestão (nota 19)	(8.965.288)	(3.887.087)
Mater. Hospitalares - Contrato de Gestão (nota 19)	(37)	(344.397)
Materiais de laboratório - Contrato de Gestão (nota 19)	(1.564.890)	(672.642)
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 19)	(194)	-
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 19)	(1.778.641)	(1.693.861)
Material de lavanderia, cos. e roupas - C. de Gestão (nota 19)	-	(188.466)
Outros custos - Contrato de Gestão (nota 19)	(124.903)	(3.216.222)
Materiais em geral - Contrato de Gestão (nota 20)	(3.531.355)	(121.717)
Impostos, taxas e contribuições – Contrato de Gestão (nota 20)	-	(374)
Aluguéis e utilidade pública – Contrato de Gestão (nota 20)	(4.671.372)	(3.559.527)
Energia elétrica - Contrato de Gestão (nota 20)	(435.696)	(669.174)
Água e esgoto - Contrato de Gestão (nota 20)	(163.497)	(247.381)
Conservação e manutenção - Contrato de Gestão (nota 20)	(130.636)	(302.806)
Diversas - Contrato de Gestão (nota 20)	(144.990)	(757.735)
Bens e materiais permanentes – Contrato de Gestão (nota 20)	(7.119)	(2.200)
<b>Total dos custos e despesas</b>	<b>(116.652.713)</b>	<b>(99.871.435)</b>
<b>Receita (-) custos e despesas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

a. Assalariados:

Mês de Competência	2022		2021	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	4.411.935	1.270.641	3.720.180	1.071.412
Fevereiro	4.635.830	1.335.123	3.653.513	1.052.212
Março	4.530.005	1.304.645	3.748.567	1.079.587
Abril	4.357.591	1.254.990	4.209.946	1.212.465
Maiο	4.235.632	1.219.866	4.166.016	1.199.813
Junho	4.343.670	1.250.981	4.311.309	1.241.657
Julho	5.053.040	1.455.280	4.187.855	1.206.102
Agosto	4.970.474	1.431.501	4.013.611	1.155.920
Setembro	4.858.992	1.399.394	4.088.350	1.177.445
Outubro	4.357.065	1.254.838	4.323.368	1.245.130
Novembro	4.483.016	1.291.112	4.332.520	1.247.766
Dezembro	4.510.234	1.298.951	4.296.234	1.237.316
13º salário	3.716.819	1.070.447	3.116.583	897.574
<b>Total</b>	<b>58.464.303</b>	<b>16.837.769</b>	<b>52.168.052</b>	<b>15.024.399</b>

b. Autônomos:

Mês de Competência	2022		2021	
	Remuneração Paga	Isenção	Remuneração paga	Isenção
Janeiro	61.172	12.234	5.720	1.144
Fevereiro	53.150	10.630	5.720	1.144
Março	42.134	8.427	5.720	1.144
Abril	51.273	10.255	12.362	2.472
Maiο	32.381	6.476	20.371	4.074
Junho	47.799	9.560	30.669	6.134
Julho	37.342	7.468	54.320	10.864
Agosto	37.693	7.539	46.076	9.215
Setembro	34.520	6.904	18.716	3.743
Outubro	12.380	2.476	28.292	5.658
Novembro	22.724	4.545	39.235	7.847
Dezembro	21.428	4.286	47.784	9.558
Total	<b>453.996</b>	<b>90.800</b>	<b>314.985</b>	<b>62.997</b>

## 25. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

## 26. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

## 27. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

**Conselho Curador** – constituído de nove membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período, sendo: **cinco** membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, **um** membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, **dois** membros eleitos entre os empregados da Fundação Hospital Santa Lydia e **um** membro eleito entre as instituições de ensino superior sediadas em Ribeirão Preto. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

**Conselho Fiscal** – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo **um** representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, **um** indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e **um** indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

**Diretoria Executiva** – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

## 28. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Por fim, por meio da portaria nº 222, de 10 de março de 2021 foi aprovada à renovação do CEBAS este tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2023.

#### **29. Gerenciamento de riscos**

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

#### **30. Cobertura de seguros**

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

\*\*\*